

Serra da Mesa corre risco de não ser concluída

Justiça quer que Congresso aprove a obra da hidrelétrica

SÔNIA ARARIPE

A hidrelétrica de Serra da Mesa, um projeto de Furnas e da Nacional Energética, empresa remanescente do grupo Nacional, parece encantada. O projeto, de R\$ 800 milhões, dos quais R\$ 500 milhões já foram desembolsados, era consi-

derada a única parte boa do Nacional. Mas pode nem mais ser inaugurada. Procuradores representantes do Ministério Público Federal da Justiça em Palmas acabam de manter a liminar, embargando a abertura das comportas. Na decisão, eles alegam que o Congresso precisa primeiro aprovar o alagamento da área indígena onde está situada a usina.

A Câmara dos Deputados acaba de dar o sinal verde, mas se dentro

de 15 dias o Senado não aprovar a regulamentação das terras de Serra da Mesa, o projeto fica praticamente inviabilizado. A obra também está nas mãos de São Pedro. Como na região chove muito nessa época, não dará mais tempo de fechar as comportas se a decisão não sair nesse prazo.

“É incrível como estamos sofrendo. Essa obra deveria entrar para a história do país e agora corre o risco de nem ser concluída”,

lamenta Victor Paranhos, presidente da Nacional Energética. Desde novembro do ano passado, quando o Banco Nacional entrou no Regime Especial de Administração (Raet), a Nacional Energética passou a ser administrada pelo Banco Central. Mas ainda é uma empresa privada.

Índios — O *imbroglio* judicial parece estar apenas no início. Tudo começou porque a usina de Serra

da Mesa está sendo construída em área indígena, da tribo Avá-canoeiro. Hoje são apenas seis remanescentes dessa tribo: como são da mesma família, parentes diretos, não podem se casar.

Ambientalistas protestam que a hidrelétrica está ferindo o *habitat* de uma belíssima região de cerrado e pode selar o fim da tribo indígena. Os executivos da Nacional não concordam. “Já gastamos R\$ 105 milhões apenas para preservar o

meio ambiente. Temos essa preocupação. Os índios foram transferidos para casas na própria região e estão muito bem instalados”, garante Victor Paranhos, enquanto mostra a sentença dos procuradores da República Mário Lúcio de Valelar, e Rosângela Batista, de Tocantins. Segundo ele, não seria preciso sequer a aprovação do Congresso. “Furnas começou a em 1985, bem antes da Constituição, que é de 1988.”

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

17/10/96 Pg 19

Alb Carneiro

197

Documentação